

Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?*

Por **Fernanda Ribeiro****

Resumo

Desde sempre que, associados ao processo de produção e conservação da informação, existiram procedimentos de organização e representação, requisitos indispensáveis (por isso mesmo, sempre ocorreram de forma natural ou espontânea) para potenciar o uso recorrente dessa mesma informação. As práticas empíricas milenares associadas à produção, tratamento, uso e armazenamento da informação foram-se complexificando e tornaram-se objecto de reflexão e de estudo, estando na origem de um processo evolutivo, iniciado ainda no século XIX, que acabaria por desembocar na construção da moderna Ciência da Informação.

A componente tecnicista que, tradicionalmente, tem estado na base das operações de organização e recuperação da informação, deve hoje ser questionada à luz de um novo paradigma científico, que integra tais operações num método de abordagem holístico e que não reduz a técnica ao fim único e exclusivo de viabilizar o acesso à informação.

Abstract

Inherent to the production and preservation of information's process were, since always, some procedures of organization and representation, indispensable requirements (and because of that, they always occurred in a natural or spontaneous way) to improve the recurrent use of such information. The millenary and empirical practices related to the production, treatment, use and storage of information became more and more complex and emerge as an object of reflection and study. They were at the beginning of an evolutive process, initiated still in the 19th century, which would run to the construction of the recent Information Science.

The technician component that, traditionally, has been a support to the organization and representation of informations's procedures, must be questioned by the light of a new scientific

* Comunicação apresentada ao "I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação – A informação nas organizações: o desafio da era digital", promovido pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, em Vila do Conde, no dia 25 de Maio de 2005.

** Professora Auxiliar da Secção de Ciência da Informação, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

paradigm, that integrates such procedures in a holistic method, which doesn't reduce the technique to the only and exclusive goal of giving access to information.

1. A tradição: custódia e técnica

Embora as práticas empíricas de organização da informação tenham estado sempre associadas ao respectivo processo de produção e armazenamento, porque só assim se tornava possível a recuperação e o uso recorrente da própria informação, a reflexão sobre essas práticas e o desenvolvimento disciplinar em torno delas são criações relativamente recentes, quando comparadas com a história milenar do processo informacional.

Ao longo dos tempos, foram surgindo formas cada vez mais complexas de organização e tratamento da informação. A aplicação de uma lógica categorial (classificatória) à organização dos suportes materiais em que a informação era registada corresponde à fase mais incipiente de um processo que, nos dias de hoje, está carregado de sofisticações técnicas e tecnológicas. Nos primitivos sistemas de informação, a separação física das espécies consoante os formatos (rolos, folhas, *volumina*, etc.), os tipos de suporte (tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos, papel, etc.) as tipologias informacionais (registos contabilísticos, textos literários, disposições legislativas, etc.), os conteúdos, constituiu a forma principal de organização da informação, associada a locais de armazenamento e de instalação distintos conforme as características físicas das mesmas espécies (estantes para as tabuinhas de argila, casulos para os papiros, sacos para os pergaminhos, gavetas para documentos avulsos em folhas soltas, armários para os códices e os livros)¹. Mas, para além da organização material, que só por si já potenciava a localização dos documentos (mas nem sempre da informação neles contida), a necessidade do acesso aos conteúdos, em tempo útil, determinou o

¹ A este propósito pode ser consultada bibliografia diversa. A título ilustrativo, indicamos: ARCHI, Alfonso – *Les Archives royales d'Ebla*. In *Syrie : mémoire et civilisation*. Nantes : Flammarion, 1993. p. 107-119; DELSALLE, Paul – *Une Histoire de l'Archivistique*. Québec : Presses Universitaires du Québec, 1998. ISBN 2-7605-0898-6; HARRIS, Michael H. – *History of libraries in the western world*. 4th ed. Lanham; London : The Scarecrow Press, cop. 1995. ISBN 0-8108-2972-X; LERNER, Fred – *The Story of libraries : from the invention of writing to the computer age*. New York : Continuum, 1998. ISBN 0-8264-1114-2; SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 2^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0483-3;

aparecimento de outros processos viabilizadores da recuperação da informação. Desde muito cedo que os sistemas organizados começaram a criar formas de representação da informação, as quais serviam como meios de acesso e substituíam a pesquisa directa sobre as próprias espécies materiais. Os catálogos, os repertórios, os inventários, as listas de referências ordenadas, enfim, todos os tipos de índices constituem aquilo a que modernamente chamamos “instrumentos de acesso à informação” e não são mais do que representações (imagens) da informação, que servem de intermediárias entre os pesquisadores e o produto informacional que é procurado².

O modo como esses instrumentos de acesso foram sendo elaborados, os critérios seguidos na sua concepção e a informação descritiva (hoje designada por *metadata*) que continham assentavam num costume que se foi impondo, numa prática que se foi apurando e em dois objectivos essenciais: controlar fisicamente a localização dos documentos e informar sobre as suas características e, por vezes, sobre o seu conteúdo (a informação).

O exemplo mais antigo conhecido e, porventura, mais paradigmático, dos primitivos instrumentos de acesso à informação é o célebre *Pinakes*, o catálogo da famosa Biblioteca de Alexandria, constituído por 120 volumes e elaborado pelo poeta erudito e bibliotecário, Calímaco (310-240 a. C.). Este catálogo estava ordenado por temas e autores e continha também uma nota biográfica destes últimos. A sua sofisticada elaboração permitiu considerá-lo “um arquivo crítico da literatura grega antiga, uma gigantesca obra de referência”³.

Muitíssimos outros casos poderiam ser referidos como ilustrativos da prática milenar de elaboração de representações descritivas da informação e/ou de esquemas lógicos destinados a suportar a organização física ou intelectual das espécies documentais. Porém, não é tanto a análise dos instrumentos de acesso à informação na sua estrutura interna ou concepção que aqui nos ocupa, mas sim a compreensão do que foi mudando ao longo dos tempos, numa perspectiva epistemológica.

² Sobre os instrumentos de acesso à informação e sua evolução ao longo do tempo, pode-se ver: DUCHEIN, Michel – La Clef du trésor : l'évolution des instruments de recherche d'archives du Moyen Age à nos jours d'après des exemples français. *Archives et Bibliothèques de Belgique*. Bruxelles. 57:1/2 (1986) 109-126; RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 2, p. 633-694. (Dissertação de doutoramento. Também disponível em: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>)

³ Cf. GARRIDO ARILLA, Maria Rosa – *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid : Editorial Síntesis, 1999. ISBN 84-7738-344-8. p. 63.

A reflexão sobre a prática é um indicador de que começa a despontar a consciência disciplinar. Com efeito, a partir de finais do século XVIII e ao longo da centúria seguinte, assistimos a preocupações claras, não só com a elaboração de instrumentos de acesso à informação, mas também com os critérios a seguir para esse efeito. Não é, pois, de estranhar que a Bibliografia (com origens no século XV e grandemente estimulada pelo surgimento da imprensa e pela produção livresca), a Arquivologia e a Biblioteconomia adquiram, na centúria de Oitocentos, um carácter técnico e um estatuto que lhes dá identidade disciplinar.

Embora o primeiro código de catalogação nacional, da autoria de Jean-Baptiste Massieu, tenha surgido em França, no ano de 1791, a verdade é que ainda não tinha as características técnicas dos códigos mais modernos, que estão na base dos actuais. Estes têm origem na Grã-Bretanha, com **Antonio Panizzi**⁴, bibliotecário da British Library, o qual, em 1841, publica as célebres "91 regras de catalogação" destinadas à confecção de catálogos de livros impressos, mapas e música.

A afirmação disciplinar da Arquivística e da Biblioteconomia e o conseqüente reforço da sua vertente mais tecnicista são conseqüências inegáveis da Revolução Francesa, dos ideais do Liberalismo e de todo o processo de nacionalizações que foi desencadeado, transferindo para a posse do Estado a documentação imprescindível à gestão patrimonial dos bens usurpados às classes dominantes no Antigo Regime e à redacção da História da Nação, ideal muito caro aos revolucionários que impuseram a nova ordem liberal.

Com a concentração de tão grande quantidade de documentação nas mãos do Estado, vão surgir problemas novos, como, por exemplo, a necessidade de espaços para instalar convenientemente os documentos e a exigência de profissionais qualificados para organizar, catalogar e difundir os acervos reunidos. A criação de instituições/serviços destinados a conservar e a gerir as massas documentais nacionalizadas seguiu, em toda a Europa, o modelo institucionalizado em França com os Archives Nationales. Mas, as incorporações feitas em bibliotecas implicaram também a criação de espaços para depósitos, uma vez que as estantes das salas de leitura eram manifestamente insuficientes para instalar a documentação incorporada.

⁴ Panizzi é considerado o "pai da catalogação", ficando-se-lhe a dever a mudança dos catálogos metódicos para os catálogos alfabéticos de autores (em fichas).

Por efeito do modelo francês, que se repercutiu nos mais variados países, na segunda metade do séc. XIX, ocorrem variados sinais de que os aspectos técnicos ligados às bibliotecas e aos arquivos começam a ser alvo das preocupações, o que se vai reflectir, aliás, também na formação dos profissionais. Esta ênfase na técnica pode ser ilustrada, em breves palavras, com alguns exemplos muito significativos:

- Em Itália, foi particularmente importante a acção inovadora da escola de Florença, no que respeita à orientação dada aos arquivos. Fruto da acção de vários arquivistas historiadores - como Guasti, Bonghi e, principalmente, Francesco Bonaini - surgem críticas aos métodos cronológico e temático de ordenação dos documentos e em contraposição é reafirmado o “método histórico” (1867), que proclamava o “respeito pela ordem original”, com base na história de cada instituição.
- Em 1876, surge a primeira edição da *Dewey Decimal Classification*, que inspirou a *Classificação Decimal Universal* (CDU) e que é considerada como exemplo pioneiro de classificação bibliográfica, destinada à organização dos conteúdos informacionais, mais do que ao arranjo material dos documentos, com acontecia com classificações anteriores.
- Ainda em 1876, Charles Ammi Cutter edita as *Rules for a Dictionary Catalogue*, bem como a sua “Classificação Expansiva”, estabelecendo normas para o tratamento técnico (representação da informação).
- Pela mesma época, as associações profissionais – a American Library Association (ALA), em 1876, e a Library Association (Londres), em 1877 – começam a desenvolver um trabalho fundamental no que respeita à formação dos profissionais, dada a inexistência, ainda, de ensino universitário.
- Em 1895, na Bélgica, Paul Otlet e Henri La Fontaine fundam o Instituto Internacional de Bibliografia, organismo que teve um papel fundamental no desenvolvimento dos procedimentos de carácter técnico para tratamento da informação.

- Em 1898, é publicado na Holanda o célebre “Manual dos Arquivistas Holandeses”⁵, obra que marca a entrada da disciplina arquivística numa nova era, autonomizando-a, pela via da técnica, da Ciência Histórica a que até então se mantivera ligada numa posição de subsidiariedade.
- Em 1905, surge o *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, de Paul Otlet e Henri La Fontaine, primeira edição da futura Classificação Decimal Universal.
- Em 1908, é editado o código anglo-americano de catalogação (*Anglo-American Cataloguing Rules*) que, após várias revisões, chegou até aos dias de hoje considerado uma espécie de “norma internacional”.

Esta perspectiva tecnicista não deixou de se fazer sentir em Portugal e as influências europeias, particularmente francesas e belgas, são notórias, quer no contexto das bibliotecas, quer no campo dos arquivos. A transposição da lógica incorporacionista liberal para a realidade portuguesa, ocorreu, naturalmente, após a Revolução de 1820. As nacionalizações dos bens do clero e dos respectivos cartórios e livrarias não só alteraram o perfil do Arquivo da Coroa (Torre do Tombo), que se transformou em Arquivo Nacional, incorporando a documentação das extintas ordens religiosas masculinas (Decreto de 28 de Maio de 1834) e dos organismos da administração do Antigo Regime, entretanto desactivados, como também introduziram alterações na Biblioteca Nacional e em outras bibliotecas públicas, que foram alvo de incorporações de grandes volumes de documentação.

As consequências da revolução liberal portuguesa tardaram a manifestar-se um pouco mais do que em outros países, mas acabaram também por ter efeitos no que toca ao reforço da vertente técnica dos arquivos e das bibliotecas. Expressão disso foi a criação, em 29 de Dezembro de 1887, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos (IGBAP), organismo estatal incumbido “da direcção e administração, ou da fiscalização superior, dos arquivos e das bibliothecas pertencentes ao estado e ás corporações e instituições sujeitas à superintendencia do estado ou por elle

⁵ Apesar de ter ficado conhecida como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, esta obra deve ser referenciada como segue: MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

subsidiadas”⁶, competências em que se inseria a orientação e a supervisão técnica, modelada em consonância com os desenvolvimentos em curso noutros países da Europa.

Nas primeiras décadas do século XX, a actividade da IGABP em matérias de índole técnica foi bastante significativa, embora a aplicação das orientações nem sempre se tenha efectivado. Passada a primeira fase da organização dos serviços de arquivos e bibliotecas, sob a orientação de Júlio Dantas, ocorreu uma reforma legislativa através do Decreto nº 4.312, de 8 de Maio de 1918⁷, na qual a ênfase dada às questões técnicas é notória. A esta tendência não é alheio o facto de, na mesma altura, ter sido atribuída autonomia técnica e administrativa à Biblioteca Nacional⁸ e ao Arquivo Nacional⁹. Sinal do reforço da técnica pode-se também ver nas afirmações iniciais do mesmo diploma, em que se indicam as medidas consideradas necessárias para melhorar os serviços biblioteconómicos e arquivísticos, entre elas, “a entrega das superintendências técnicas a quem mais idóneo é para exercê-la”. As disposições do artº 10º do mesmo texto legislativo são também significativas: “Em todas as bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública será uniforme o sistema de catalogação”. Para as bibliotecas, tal sistema já havia sido publicado no *Diário do Governo* de 30 de Agosto de 1912; quanto aos arquivos, o § 1º do mesmo artigo, estipulava: “O inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos proporá ao Govêrno, dentro do prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente decreto, ouvido o director do Arquivo Nacional, o sistema de catalogação que deve ser adoptado nos arquivos nacionais”. Mas, apesar desta determinação, teremos ainda de esperar alguns anos até que surjam princípios normalizadores nesta matéria.

Com efeito, a promulgação das normas técnicas projectadas desde 1912 ocorreu, alguns anos mais tarde, sob o título *Normas para o serviço de catalogação*¹⁰. Subdividiam-se em quatro partes (I - Impressos; II - Manuscritos e Documentos; III - Atlas e cartas geográficas; IV - Estampas) e além das regras propriamente ditas,

⁶ Publicado em: *Diario do Governo*. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888) 18-21.

⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto nº 4:312 [de 8 de Maio de 1918]. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 117 (29 Maio 1918) 839-841.

⁸ Decreto nº 3.886, de 6 de Março de 1918.

⁹ Decreto nº 4.311, de 8 de Maio de 1918.

¹⁰ Publicadas em anexo ao Decreto de 27 de Maio de 1927 (cf. PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Publica : Direcção Geral do Ensino Superior : Decreto nº 13:724. *Diário do Govêrno*. 1ª série. Lisboa. 114 (3 Jun. 1927) 881-901).

incluíam exemplos práticos e modelos para a elaboração dos “verbetes”. Estas normas, de par com o trabalho desenvolvido por Raul Proença na Biblioteca Nacional em prol do estabelecimento de regras de catalogação, constituíram as primeiras tentativas, em Portugal, de regulamentar a confecção de instrumentos de acesso à informação. Porém, não tiveram qualquer desenvolvimento e foi preciso aguardar até aos anos oitenta do século XX para vermos surgir as *Regras Portuguesas de Catalogação* e os primeiros trabalhos com vista à normalização da descrição arquivística.

Comparativamente com outros países europeus ou com os Estados Unidos da América, os esforços em favor da normalização e das orientações técnicas no nosso País podem-se considerar muito rudimentares, até porque as circunstâncias políticas e sócio-económicas até 1974 eram fortemente constrangedoras, desde logo pela situação de pouca abertura ao exterior. Mas, apesar disso, Portugal foi acompanhando, a um ritmo mais lento, é certo, o modelo tecnicista que se desenvolveu e consolidou ao longo do século XX. Na verdade, esta foi a época, por excelência, da afirmação da componente técnica das disciplinas relacionadas com o estudo da Informação¹¹, embora não tenha havido uma reflexão de carácter teórico e epistemológico a sustentar esse trabalho. As preocupações com o “fazer” e as necessidades pragmáticas de viabilizar o acesso à informação foram o suporte fundamental para orientar os estudos levados a cabo.

2. A mudança em curso: impacte da tecnologia

Desde meados do século XX que as mudanças no campo da Biblioteconomia / Documentação, por força da tecnologia, bem como a percepção de que novos desafios se começavam a colocar aos profissionais da área, denunciam a emergência de um novo paradigma, dinâmico, informacional e pós-custodial, a que o aparecimento da Ciência da Informação (C. I.)¹² está intimamente ligado.

Pese embora o facto de a construção da C. I. ter um percurso associado à evolução da informação científico-técnica – cujas origens remontam às ideias

¹¹ O quadro publicado por María Rosa Garrido Arilla, sistematizando os “autores y obras, instituciones y organizaciones en la historia de la catalogación de documentos (1791-1995)” ilustra bem a evolução que, em termos técnicos, ocorreu, sobretudo, no século passado (cf. GARRIDO ARILLA, Maria Rosa – *Op. cit.* p. 173-182).

¹² O termo *Information Science* surge nos Estados Unidos em finais dos anos cinquenta (ver: DEBONS, Anthony – *Information science*. In *ALA world encyclopedia of library and information services*. 2nd ed. Chicago : American Library Association, 1986. ISBN 0-8389-0427-0. p. 354-358).

defendidas por Paul Otlet e Henri la Fontaine, em finais de Oitocentos¹³ –, do qual a Arquivística sempre esteve arredada, a verdade é que, “no terreno”, assistimos, na generalidade dos serviços de informação, a um uso crescente das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), o que causou, irreversivelmente, uma crise paradigmática e a necessidade de uma mudança.

A simbiose das TIC com o fenómeno da informação, sobretudo nas últimas duas décadas em que entramos definitivamente na “era digital”, passou a ser uma realidade nova em que a tecnologia já não é, como antes, apenas um recurso ou uma ferramenta que ajuda a operacionalizar o tratamento e a recuperação da informação, mas tornou-se indissociável desta, em todo o seu ciclo vital: produção, tratamento, uso e armazenamento. A denominada “sociedade da informação” está aí a mostrar-nos, quotidianamente, como o fenómeno informacional nos envolve de uma forma global em todos os aspectos da nossa vida¹⁴.

A nova realidade informacional (e social, claro) veio tornar evidente algo que sempre existiu mas que não era facilmente percebido – a distinção (e possibilidade de separação física) entre a informação e o seu suporte. Esta simples evidência, em termos ontológicos, converte a Informação em algo passível de se constituir como objecto de estudo e, assim, fica definitivamente ameaçado e posto em causa o conceito de “documento”, que fora durante séculos o objecto (estático) de trabalho dos profissionais das bibliotecas, dos arquivos e dos centros de documentação.

¹³ Sobre este assunto, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd – The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4. cap. 2.

¹⁴ O estudo da sociedade da informação tem sido, nos últimos tempos, objecto de reflexão e estudo por parte de sociólogos, comunicólogos, filósofos, enfim, cientistas sociais de vários quadrantes. A título ilustrativo vejam-se algumas obras relevantes: ALMEIDA, Reginaldo Rodrigues de – *Sociedade bit : da sociedade da informação à sociedade do conhecimento*. [S. l.] : Fomento, 2004; CASTELLS, Manuel – *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. I – A Sociedade em rede*. Trad. de Alexandra Lemos, Catarina Lorga e Tânia Soares, coord. de José Manuel Paquete de Oliveira e Gustavo Leitão Cardoso. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0984-0; CASTELLS, Manuel – *A Galáxia Internet : reflexões sobre a Internet, negócio e sociedade*. Trad. de Rita Espanha; coord. de José Manuel Paquete de Oliveira e Gustavo Leitão Cardoso. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ISBN 972-31-1065-2; CHIROLLET, Jean-Claude – *Filosofia e Sociedade da Informação : para uma filosofia fractalista*. Lisboa : Instituto Piaget, [2001]. ISBN 972-771-475-7; GIDDENS, Anthony – *O Mundo na era da globalização*. Trad. de Saul Barata. 4ª ed. Lisboa : Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2573-6; MATTELART, Armand – *História da Sociedade da Informação*. Trad. de Maria Carvalho. Lisboa : Editorial Bizâncio, 2002. ISBN 972-53-0157-9; NEGROPONTE, Nicholas – *Ser digital*. Lisboa : Editorial Caminho, 1996. ISBN 972-21-1056-X.

Esta mudança não só produziu efeitos, bem visíveis, nas práticas e actividades profissionais, como obrigou a repensar conceitos e a redefinir epistemologicamente o campo de saber e de estudo sobre a informação, o que se fez sentir no investimento académico e científico na C. I., particularmente em universidades americanas¹⁵.

De uma forma geral, as mudanças que as TIC introduziram na produção, tratamento e uso da informação levaram à crise do modelo vigente e a alterações de paradigma, ainda em processamento. Neste contexto, sem dúvida que os instrumentos de acesso à informação não ficaram incólumes à revolução tecnológica. Desde logo porque a pesquisa de informação passou a não estar dependente da consulta presencial em bibliotecas, arquivos e outros serviços de informação feita a partir de instrumentos em papel ou bases de dados locais, mas também porque o acesso passou a ser mais rápido, mais democrático e deslocalizado. Com a Internet criaram-se possibilidades de uma consulta à distância em fracções de segundo sobre volumes incomensuráveis de informação, o que alterou, radicalmente, os comportamentos de pesquisa, os perfis dos utilizadores e as necessidades de informação, agora à escala planetária.

No que concerne à organização e representação da informação, há, pois, questões que importa colocar: as facilidades tecnológicas vieram pôr em causa as práticas milenares ou apenas introduziram dinamismo e rapidez nos procedimentos manuais? o(s) modelo(s) tradicional(is) entrou(aram) em crise por efeito do uso das tecnologias ou essa foi apenas a causa mais próxima e evidente? a ênfase no tecnicismo (normalização descritiva, quadros de classificação-padrão, linguagens controladas, etc.) deixa de fazer sentido num ambiente “internético”? a técnica pela técnica basta para dar consistência e qualidade à representação da informação no quadro de um novo paradigma científico?

3. A inovação: investigação e conhecimento científico

A mudança de paradigma atrás enunciada, no contexto e em estreita relação com a Sociedade da Informação, não pode ser percebida apenas pelas alterações das

¹⁵ Não cabe aqui um desenvolvimento sobre a C. I., sua origem e evolução. A literatura sobre o assunto é vasta e as discussões teóricas em torno do seu objecto de estudo, do seu campo científico e do seu estatuto inter, multi ou transdisciplinar também abundam. Remetemos o leitor para uma obra onde poderão ser colhidas referências bibliográficas diversificadas e uma reflexão sobre o tema: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.).

actividades profissionais relacionadas com a Informação, embora estas sejam muito significativas e profundas. As mutações em curso, desde há algumas décadas atrás, afectam também, de forma crucial, as próprias disciplinas que, tradicionalmente, estão ligadas à custódia e tratamento técnico dos documentos (Arquivística, Biblioteconomia e Documentação) e outras disciplinas mais jovens, nascidas por força do desenvolvimento tecnológico, que se ligam com o processamento, armazenamento e recuperação da informação (Informática de Gestão ou Sistemas Tecnológicos de Informação).

Repensar estas disciplinas, de forte pendor técnico e prático, à luz de uma nova fundamentação teórica e, sobretudo, reenquadrando-as num mesmo campo de saber em que o objecto de estudo é um só e o método de investigação se reclama de uma abordagem científica, tem fortes implicações do ponto de vista epistemológico. Em 2002, num livro intitulado *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*¹⁶, Armando Malheiro da Silva e a autora propuseram as bases científicas para a renovação e reenquadramento científico das disciplinas referidas, no campo da C. I., ampliando, assim, o âmbito disciplinar desta área e redefinindo as suas fronteiras, o seu objecto de estudo, o seu método de trabalho e de investigação e assumindo a Teoria Sistémica como "aparelhagem" interpretativa e referencial teórico¹⁷. Dessa proposta, que não cabe aqui desenvolver, importa, sobretudo, reter os dois pilares essenciais, que já em diversos trabalhos têm sido enunciados – mas que é imprescindível repetir pelo facto de constituírem as bases mínimas essenciais para toda a construção científica (teórica ou aplicada) no campo da C. I. – e que são a definição de Informação (objecto de estudo) e a caracterização do Método Quadripolar de investigação.

Partindo, pois, da definição de **Informação** como **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**¹⁸, temos, desde logo, que passar a valorizar

¹⁶ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.).

¹⁷ Relembramos o que atrás foi dito, relativamente ao facto de a C. I. ter emergido na linha evolutiva da Biblioteconomia/Documentação, deixando de parte outras disciplinas também relacionadas com o estudo da Informação.

¹⁸ Ver: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação...* (op. cit.) p. 37.

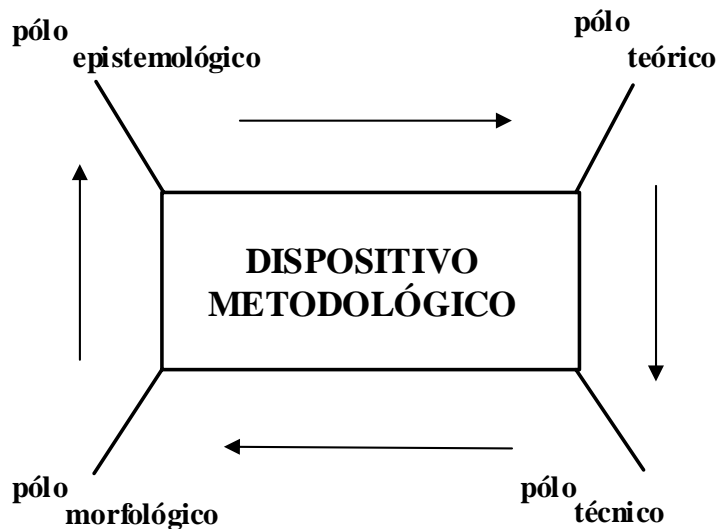
determinados aspectos relativos à própria informação que até agora, numa lógica documental, têm sido desprezados ou mesmo ignorados. Sendo a Informação um fenómeno humano cuja génese ocorre no cérebro, em estreita relação com a acção do indivíduo socialmente contextualizada, o estudo deste fenómeno não pode deixar de nos remeter para abordagens cognitivistas e sociológicas numa clara interdisciplinaridade com a C. I., perspectiva praticamente ausente das chamadas Ciências Documentais, pelo simples facto de estas se preocuparem, sobretudo, com os documentos (informação registada), as condições para a sua perdurabilidade e o acesso aos seus conteúdos.

A investigação e o estudo sobre as condições geradoras da informação implicam uma valorização do contexto orgânico que lhe está associado e, portanto, uma redefinição profunda das perspectivas teóricas de abordagem e dos procedimentos técnicos e aplicacionais.

Por outro lado, o conhecimento das condições de procura e uso da Informação, se bem que implique igualmente estudos interdisciplinares, do tipo comportamental, psicológico e sociológico, não deixa de invocar a necessidade de revisões profundas nos métodos biblioteconómicos e arquivísticos relativos à disponibilização e ao acesso à Informação, que consideramos só poderem ser reequacionados no quadro teórico da C. I.

Mas se a definição de Informação proposta tem consequências a diversos níveis, a assunção do Método Quadripolar como dinâmica de investigação qualitativa não é menos inócua e tem também implicações de vária ordem¹⁹. A título de recordatória, uma vez que já por diversas vezes tem sido explanado em trabalhos nossos e de outros colegas, vejamos o diagrama ilustrativo da interacção dos quatro pólos do dispositivo metodológico:

¹⁹ O método de investigação quadripolar é explanado em: DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris : P.U.F., 1974.



Esquemática do Método Quadripolar e da interação dos pólos

Sendo que o pólo epistemológico (referencial paradigmático) e o pólo teórico condicionam decisivamente a componente aplicacional da C. I., que se inscreve, em pleno, nos pólos técnico e morfológico, é óbvio que a mudança de paradigma atrás enunciada e as teorias adoptadas (Teoria Sistémica, no nosso caso) implicam uma revisão do quadro tecnicista que tem sido o fundamento essencial das disciplinas aplicadas que hoje integramos na C. I. O método quadripolar implica uma visão holística e uma dinâmica investigativa em permanente avaliação e aperfeiçoamento, única perspectiva que dá sentido à construção de um conhecimento científico.

Recorrendo ao dispositivo metodológico mencionado, a componente tecnicista que antes abordámos criticamente deixa de assumir a importância maximalista que até agora lhe tem sido conferida e passa a ser relativizada, pois integra-se, naturalmente, no pólo técnico do método, onde, aliás, também se enquadram diversas operações²⁰, entre as quais se salientam:

- **A observação directa e indirecta (de casos ou de variáveis/problemas)**

²⁰ Sobre este assunto, ver: LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard – *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1.

Recolha exaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, e descrição da natureza e do funcionamento interno de qualquer Sistema de Informação (caso/casos) ou de qualquer tema/problema supra/intercasuístico (variável/variáveis) através de diversas técnicas ou procedimentos, tais como o questionário, a entrevista, a observação participante e a consequente elaboração de fichas de registo.

- A experimentação

Num campo tendencialmente artificial, fechado e controlado (por contraste com o campo real, aberto e não controlado do estudo de caso), que se acentua em laboratório ou em simulação de computador, é imprescindível a formulação clara de um problema, a descrição das técnicas de análise e a apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos empregues. Se feita por amostragem, apoia-se na análise estatística de acordo com a lógica dos testes de hipóteses.

- A análise/avaliação retrospectiva e prospectiva

(enunciado genérico)

Sujeitar os resultados da **observação** e/ou da **experimentação** a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias cientificamente válidas. Decorre deste investimento operatório a confirmação ou infirmação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação e, em última instância, dos princípios gerais fixados no pólo teórico.

(enunciado complementar)

A adaptação desta terceira operação ao campo científico da Informação implica a presença de outras operações subsidiárias, mas essenciais, que chegam a integrar em si a observação: a descrição, a análise de conteúdo, a indexação e o controlo de autoridade. Todas estas operações contribuem para a (re)organização informacional entendida em sentido restrito: pôr em evidência as propriedades intrínsecas e intervir no processo (memória, transferência e uso) da Informação. E, globalmente

consideradas, impulsionam a perfectibilidade do conhecimento científico da Informação, o que é muito mais do que aquilo para que têm servido, isto é, serem meros "canais" de acesso aos "conteúdos".

A reformulação da perspectiva tecnicista repercute-se, de imediato, no pólo morfológico, pois a apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido é condicionada por tudo o que lhe está a montante (paradigmas, teorias, operações técnicas e procedimentais, etc.).

É exactamente no pólo morfológico que se inserem todas as questões de normalização, tão caras às disciplinas tradicionais de cariz documentalista. E é igualmente neste pólo que se inscrevem os produtos resultantes do trabalho técnico, destinados a constituir *interfaces* de comunicação entre produtores e utilizadores da informação. De uma forma mais simples, é neste pólo que cabem os instrumentos de acesso à informação, resultado final dos procedimentos de organização e representação da informação.

Chegamos, pois, a um ponto crucial desta comunicação e ao momento de formular algumas respostas para as questões levantadas no final do *item* anterior (ponto 2) e de deixar para reflexão muitas outras, que carecem de investigação fundamentada.

Representar informação significa criar “imagens”, não exactas e integrais (isso seria uma reprodução *stricto sensu*), mas suficientemente rigorosas para tornar possível uma identificação inequívoca dos objectos representados. Para esse efeito usa-se a chamada “descrição” ou “representação descritiva” que, hoje em dia, começa a ser designada por meta-informação (informação sobre a própria informação)²¹. Sendo esta a noção de “representação”, é óbvio que, de um ponto de vista prático, a operação só pode ser bem sucedida se houver um conhecimento prévio daquilo que vai ser descrito. Digamos que só é possível representar com exactidão aquilo que se conhece bem. E, aqui, surgem as dificuldades e as interrogações relativamente à prática dominante no paradigma custodial e tecnicista.

Como é feita, normalmente, a descrição bibliográfica e a descrição arquivística? Recorrendo às normas adequadas, evidentemente. Como se ensina nos cursos de formação dos técnicos de arquivo e biblioteca/documentação a fazer a representação

²¹ O termo “meta-informação” é, em rigor, um pleonasma ou uma redundância, pois a verdade é que as representações descritivas da própria Informação são também, elas próprias, informação. Mas, admitamos o termo nestas circunstâncias para não termos de nos envolver, aqui, em problemas terminológicos e de criar uma tipologia informacional que claramente identifique este género de informação.

descritiva? Explicando (e recorrendo a muitos exemplos práticos) como se aplicam as normas internacionais ISBD²² e ISAD(G)²³.

A questão essencial está em saber se as normas internacionais aplicáveis à representação descritiva, concebidas num paradigma estático, tecnicista e documental, se ajustam e adequam ao novo paradigma dinâmico, científico e informacional. É que, se não se adequam, a submissão a tais normas, ou seja, o “encaixe” numa estrutura e num formato pré-definidos só pode levar a desvios na representação, criando-se uma imagem desfocada ou distorcida da realidade que é objecto de descrição. Não se pode considerar científica uma operação que resulta numa representação deturpada, incompleta ou pouco rigorosa da realidade.

Para analisarmos a questão das normas temos de começar por colocar um problema de fundo, absolutamente essencial: será que há justificação teórica para existirem normas descritivas distintas para arquivos e para bibliotecas/centros de documentação? Consideremos dois exemplos: por que é que uma planta de arquitectura integrada no acervo de um centro de documentação é descrita segundo a ISBD(CM)²⁴ e uma planta idêntica, quando custodiada por um serviço de arquivo, é descrita segundo a ISAD(G), ao nível de documento? por que razão uma série de “actas de reuniões” tem de ser descrita conforme a ISAD(G) e uma publicação em série (um boletim informativo, uma revista, um relatório de contas, por exemplo) é descrita de acordo com a ISBD(S)²⁵? Pode-se argumentar que no caso de um arquivo é importante o contexto (orgânico) de produção e, por isso, a norma ISAD(G) contempla campos para o registar, o que não acontece com as normas ISBD. Mas será que uma série de “relatórios e contas” publicada não tem também um contexto (orgânico) de produção? Se não tivesse sido publicada, a série seria descrita “arquivisticamente”? Não será que a visão empírica e tecnicista que esteve subjacente ao percurso evolutivo separado da Biblioteconomia e

²² As normas ISBD (International Standard Bibliographic Description), da responsabilidade da IFLA (International Federation Of Library Associations and Institutions), baseiam-se num texto padrão, designado por ISBD(G), à luz do qual foram desenvolvidas versões distintas para diversos tipos de documentos (monografias, publicações em série, materiais não-livro, materiais cartográficos, livro antigo, música impressa, registos electrónicos, etc.).

²³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Descriptive Standards – *ISAD(G): General International Standard Archival Description*. 2nd ed. Madrid : I. C. A., 2000.

²⁴ INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Joint Working Group on the International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials – *ISBD(CM): international standard bibliographic description for cartographic materials*. London : IFLA International Office for UBC, 1977. ISBN 0-903043-16-5.

²⁵ INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS – *ISBD(S): descrição bibliográfica internacional de publicações em série*. Coimbra : Biblioteca Geral da Universidade, 1979.

da Arquivística tem a responsabilidade máxima nesta distinção de técnicas e de normas? Não serão as normas fruto de uma evolução histórica em que a Biblioteconomia avançou mais rapidamente nos aspectos técnicos de representação descritiva normalizada, enquanto que a Arquivística esperou até aos anos noventa do século XX para obter consenso internacional sobre uma norma para a descrição? Só este pequeno elenco de questões oferece matéria para muita reflexão e constitui um desafio incontornável aos que se dedicam à investigação teórica e aplicada em C. I.

Para além deste problema de fundo, importa questionar a estrutura e os elementos descritivos das diversas normas. Será que o enunciado de elementos previstos na estrutura das normas ISBD é suficiente para descrever a informação gerada neste “novo mundo” digital? A valorização dos elementos relativos à descrição física continua a ser essencial ou poderá ser de carácter facultativo? Os elementos previstos nas normas são de carácter informacional ou atendem a uma lógica documental? Onde há espaço para registar elementos identificativos do contexto orgânico do produtor (do sistema de informação)? Por exemplo, um livro de uma biblioteca particular tem um sentido no sistema de informação pessoal ou de família em que se insere, mas terá um sentido completamente diferente se integrado numa biblioteca pública. Estes sentidos têm de ser dados pelo contexto sistémico. Como descrever tal contexto com a ISBD?

E a ISAD(G)? Onde tem “espaço” para colocar toda a informação descritiva relacionada com edição, publicação, menções várias de responsabilidade, enfim, uma série de elementos que a ISBD inclui mas que, pelos vistos, não se aplicam nos arquivos, apesar de neles existirem muitos documentos publicados?!

Se passarmos da representação descritiva para as normas relativas a pontos de acesso à informação (linguagens controladas), as questões são também imensas. Nos códigos de catalogação²⁶, um dos parâmetros essenciais para o estabelecimento dos pontos de acesso é a determinação do tipo de autoria e, de acordo com isso, a decisão sobre a “entrada principal” e as “entradas secundárias”. Deparámo-nos, contudo, logo à partida, com o problema da terminologia. Com efeito, grande parte dos termos específicos da catalogação está nitidamente associada aos catálogos manuais, em fichas.

²⁶ Não há, como é sabido, um código de catalogação internacional. O código anglo-americano é, porventura, o de maior aplicação, até porque domina entre a comunidade de língua inglesa. Na Europa, vários países têm códigos de catalogação nacionais (é o caso de Portugal) e em outras regiões do mundo (o Japão, por exemplo) também há códigos específicos. Os exemplos que a seguir iremos apresentar baseiam-se nas *Regras Portuguesas de Catalogação*, por motivos óbvios.

Se pegarmos em algumas definições das *Regras Portuguesas de Catalogação*²⁷ temos logo essa percepção:

- “cabeçalho” (termo que constitui um ponto de acesso e que é colocado à cabeça da descrição para servir de elemento ordenador) é definido como “nome, palavra ou expressão que introduz uma entrada bibliográfica para a sua arrumação no catálogo”²⁸;
- “entrada principal” (notícia catalográfica destinada a integrar o catálogo principal, de autores e obras anónimas) é referida como [a entrada que] “contém todos os dados considerados necessários para a identificação de uma unidade bibliográfica”²⁹;
- “entrada secundária” (notícia catalográfica, produzida a partir da entrada principal) é aquela que “apresenta, sob outro cabeçalho, todos ou parte dos elementos de informação contidos na entrada principal”³⁰.

Passando dos catálogos manuais para os automatizados, que sentido fazem estes termos? O ponto de acesso fica à cabeça de quê? Que justificação existe para se falar em entrada principal e em entradas secundárias se o formato de *input* de informação é um só e a ordenação dos registos catalográficos pode ser feita por qualquer dos elementos que se considere como ponto de acesso?

Mas para além destes problemas, temos outros, de ordem formal. Na catalogação tradicional (manual) a necessidade de reunir num mesmo ponto do catálogo informação análoga ou de proveniência comum, mas dificilmente recuperável pelo seu autor material, levou a que se estabelecessem “regras especiais” para certo tipo de publicações, como é o caso das legislativas ou das judiciais. Tais regras permitem, por exemplo, reunir sob um mesmo “cabeçalho formal” a legislação emanada de um Estado, independentemente de quem a promulgou, ou as decisões de um tribunal, sem relevar o nome do juiz. Foi em consequência desta lógica que se decidiu criar os cabeçalhos “PORTUGAL. Leis, decretos, etc.” ou “PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa”. De facto, percorrer manualmente um catálogo em fichas para encontrar decretos, portarias ou outros diplomas legais, que poderiam estar dispersos sob cabeçalhos os mais variados, de acordo com a entidade que os promulgou, era tarefa impraticável. Mas

²⁷ *Regras Portuguesas de Catalogação. I – Cabeçalhos, descrição de monografias, descrição de publicações em série*. Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, 1984.

²⁸ *Regras Portuguesas de Catalogação...* (op. cit.) p. 2.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, *ibidem*.

pensando no utilizador dos dias de hoje, familiarizado com a tecnologia e habituado a pesquisar na Web através de motores de pesquisa em que não há linguagens herméticas nem convenções pré-estabelecidas para o acesso, será que continuam a ter alguma lógica este tipo de “convenções” catalográficas.

Vejam os outros exemplos: as regras de catalogação prevêm, no caso de colectividades dependentes, a associação do nome da colectividade subordinante para uma mais adequada identificação; e, no caso de organismos da administração central, a designação do Estado é também associada ao nome que constitui o ponto de acesso. Assim, um utilizador que esteja interessado, por exemplo, em procurar informação produzida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, tem que ter uma imaginação prodigiosa para colocar como termo de acesso uma coisa tão abstrusa como esta: “PORTUGAL. Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Fundação para a Ciência e a Tecnologia”. É caso para perguntar: o objectivo das bibliotecas, dos arquivos e de outros serviços análogos é facilitar o acesso à informação ou criar barreiras a esse mesmo acesso?

E, ainda, mais um caso: está convencionado que a forma do nome de um autor pessoa-física tem como palavra de entrada o último apelido em maiúsculas, seguido do resto do nome em minúsculas, ou seja, há uma inversão do nome. Esta convenção permitia que certos nomes próprios (por exemplo, os nomes femininos começados por “Maria”) não crescessem de forma desmesurada num catálogo, tornando-se mais morosa a pesquisa. Claro que esta lógica podia ter algum sentido em épocas em que a produção literária ou científica era muitíssimo mais limitada e em que os autores mais procurados eram bem conhecidos. Mas, no tempo actual, em que para ser autor basta colocar um conteúdo na Internet e para ser editor apenas é necessário processar texto e ter um computador pessoal e uma impressora de alguma qualidade, como é possível determinar se o nome próprio “Maria” cresce mais que o apelido “Silva”? E, se não há razões de monta que justifiquem a convenção, para quê complicar o acesso? Não é mais fácil escrever o nome na sua ordem natural do que criar artificialismos? Temos também que pensar que os utilizadores de agora já não são, apenas, uns quantos eruditos e investigadores, que frequentam as bibliotecas amiúde e, mercê do uso, se familiarizam com as convenções catalográficas.

Poderíamos multiplicar os exemplos...

Fazendo agora um paralelismo com a norma para o controlo de autoridade em arquivos – a ISAAR(CPF)³¹, que diz respeito aos nomes de pessoas-físicas, colectividades e famílias – por que razão tem de haver uma diferença tão abissal entre ela e as regras para o estabelecimento de cabeçalhos na catalogação. Não se trata, afinal, nos dois casos, de produtores de informação? E esses produtores não são sempre pessoas individuais ou colectivas?

Por último, vamos deter-nos um pouco sobre um outro aspecto que tem sido alvo da obsessão normativista: a construção de quadros de classificação-tipo para arquivos de idêntica natureza (municipais, monásticos, de misericórdias, etc.)³². Trata-se, neste caso, não de um problema de representação descritiva *tout-court*, mas de organização da informação para retratar a estrutura orgânica que gerou essa mesma informação.

Já há alguns anos nos ocupámos do problema da classificação nos arquivos, defendendo a sua natureza orgânico-funcional³³, mas vale a pena retomar esta problemática até porque a Arquivística descritiva e custodial tem continuado a manter uma matriz tecnicista que, em nome da facilidade do acesso, compromete a inteligibilidade do sistema de informação em toda a sua complexidade. Pretender que, na diacronia, a estrutura de uma organização pode ser representada por um quadro classificatório único é, no mínimo, redutor. Sabemos que esta tendência tem perdurado com a justificação de que é mais cómodo e rápido para o utilizador ter um único esquema de classificação no qual se “encaixa” toda a produção informacional, do que ter de consultar diversos quadros, até porque – também se diz – as funções, ao longo do tempo, são mais estáveis do que a estrutura orgânica e, então, organiza-se um quadro funcional que tem a vantagem de servir para abarcar tudo. Esta perspectiva tem, contudo, alguns problemas. Se é certo que o aspecto funcional tende a ser mais estável, a verdade é que não há função sem um órgão que a desempenhe e, por isso, não é possível ocultar os sectores orgânicos produtores da informação numa representação que se pretenda rigorosa. É óbvio que o conhecimento da evolução da estrutura, das

³¹ CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Comité sur les Normes de Description – ISAAR(CPF) : norme internationale sur les notices d'autorité utilisées pour les archives relatives aux collectivités, aux personnes et aux familles. 2^{ème} éd. Paris : C. I. A., 2004.

³² Esta preocupação obsessiva com a normalização pode ser vista relativamente a outros casos, como por exemplo a promulgação de portarias-tipo para regular a eliminação de documentos em arquivos.

³³ Cf.: RIBEIRO, Fernanda – A Classificação em arquivos : processo natural ou arranjo *a posteriori*? *Leituras : revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. ISSN 0873-7045. Série 3. 2 (Out. 1997/Abr. 1998) 119-126.

suas alterações e de toda a dinâmica organizacional ao longo do tempo, bem como da complexidade da organização em sintonia com a informação produzida (que é preciso descrever e tornar acessível) requer uma investigação aturada e, muitas vezes, demora chegar a resultados seguros. Mas é a única forma de garantir que o instrumento de acesso à informação a ser produzido representará com rigor a realidade que foi analisada. Num processo investigativo deste género não teremos, por certo, esquemas de classificação padronizados que reduzem, por exemplo, a realidade das trezentas câmaras municipais portuguesas um uma única representação, como acontece com a aplicação do quadro classificatório que a grande maioria dos arquivos municipais adopta e que serviu de base para o *Recenseamento dos arquivos locais*, produzido no âmbito do “Inventário do Património Cultural Móvel”³⁴.

Os exemplos enunciados, de forma um pouco aleatória, mas com o único objectivo de mostrar as limitações das normas comumente utilizadas para organizar e representar informação, levam-nos a formular algumas conclusões que não são mais do que a nossa perspectiva crítica à luz da fundamentação teórico-metodológica da C. I., aberta, naturalmente, à discussão e à salutar troca de ideias:

- a) o recurso a normas para organizar e representar informação deve ser uma etapa de todo o processo de conhecimento científico produzido em torno dessa mesma informação, devidamente enquadrado no pólo morfológico do método quadripolar, e não um fim em si mesmo ou o objectivo supremo da actividade profissional na área da C. I.;
- b) as normas em uso pela Arquivística, pela Biblioteconomia ou pela Documentação, por terem sido concebidas numa lógica tecnicista e documental (estática), focalizada essencialmente no acesso, não se adequam ao novo paradigma da C. I. nem à realidade da informação digital (dinâmica) gerada em contextos orgânicos que importa valorizar, preservar e tornar inteligíveis no processo organizativo e descritivo;
- c) os procedimentos de organização e representação sempre foram uma necessidade natural para recuperar e usar a informação, mas sofreram uma evolução em consonância com a complexidade dos contextos em que esta foi sendo produzida, o que nos autoriza a afirmar que eles continuam (e

³⁴ *Recenseamento dos arquivos locais : Câmaras Municipais e Misericórdias*. Lisboa : Ministério da Cultura, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1995-2000. 14 vol.

continuarão) a ser indispensáveis na Sociedade da Informação, mesmo recorrendo às mais sofisticadas tecnologias, pois estas não dispensam a análise e a interpretação humanas, condições *sine qua non* para garantir um conhecimento científico;

- d) as normas não deverão ser abolidas, mas sim repensadas e reelaboradas à luz de uma nova fundamentação, até porque, no processo info-comunicacional, elas serão, cada vez mais, o garante de que a interoperabilidade dos sistemas é uma realidade e de que a “Web semântica” irá banir, de facto, as barreiras ao acesso.